

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E DISTRIBUIÇÃO
DA RENDA: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA.

Roberto Cavalcanti de Albuquerque*

*Professor Titular da Faculdade de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Per
nambuco. Atualmente, no Instituto de Plane
jamento Econômico e Social (IPEA) do Minis
tério do Planejamento e Coordenação Geral
(MINIPLAN).

A distribuição da renda familiar não tem apresentado modificações significativas naquelas economias cujo desenvolvimento se fundamenta sobretudo na industrialização substitutiva de importações. É certo que uma melhor distribuição pessoal da renda e da riqueza sempre foi objetivo, explícito e enfático, de todos os projetos nacionais de progresso social. No entanto, as estratégias de desenvolvimento a seguir adotadas quase nunca cuidaram de viabilizá-lo, quando definiram seus desígnios gerais em projetos concretos.

Na verdade, o próprio mecanismo do modelo de industrialização substitutiva de importações não necessita, a princípio, dar-lhe maior relevância. As novas indústrias orientam-se para mercados já existentes cuja demanda geralmente está contida pela incapacidade de importar. As decisões de investir visam a ocupar, com produção nacional, procura insatisfeita, espaços econômicos protegidos. Consideram, portanto, o perfil de demanda pré-existente como dado, e os padrões de distribuição da renda que o determinam bastam para assegurar mercados julgados suficientes. O crescimento industrial volta-se, assim, para o preenchimento de margens de substituição compatíveis com o tamanho eficiente de unidades produtivas, e a ocupação de mercados defendidos por altas barreiras alfandegárias torna-se tarefa fácil e de custos assegurados.

Por outro lado, a implantação de modernas atividades econômicas ligadas sobretudo à produção de bens de consumo duráveis, bens intermediários e bens de capital, espera-se que contribuirá importante-mente para o aumento da renda média, sobretudo no setor urbano, ampli-

ando os limites de absorção da economia por bens manufaturados. E sempre em fase já adiantada do processo de industrialização, esgotadas as oportunidades de substituição mais visíveis, preenchida a demanda antes contida pela incapacidade de importar, é que a evolução da oferta vai ser determinada pelas variáveis endógenas que presidem à expansão do mercado interno: o crescimento demográfico e o aumento do poder aquisitivo determinado por elevação da produtividade econômica e, eventualmente, pela redistribuição do produto social.

A euforia da ocupação incontestada dos mercados pré-existent, segue-se assim, período mais depressivo, em que a demanda por manufaturas duráveis vai ser condicionada pelas suas necessidades de reposição e pela expansão da procura. É nesta etapa que a repartição social da renda passa a adquirir importância pragmática e que os objetivos de sua redistribuição, antes mais uma figura da retórica econômica, logo desprezada quando da concretização dos projetos de desenvolvimento, assumem maior significação operacional. Tornam-se um dos instrumentos julgados básicos para expansão da demanda interna por bens manufaturados e um dos ingredientes que se considera poderia ajudar a restabelecer o dinamismo que antes comandara a evolução da economia, orientada pela industrialização substitutiva de importações.

Industrialização e distribuição da renda

Comparação entre os níveis de renda familiar e per capita feita para seis cidades brasileiras que, na época considerada, subidamente apresentam graus de industrialização diferentes - São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza e Recife - demonstra, com efeito, a existência de correlação altamente positiva entre rendas médias e produção industrial per capita. Certamente que não se pode atribuir ao grau de industrialização, tomado isoladamente, tudo das diferenças observadas entre as rendas médias dessas seis cidades: outras variáveis ligadas à formação das economias urbanas e das que lhe são periféricas serão também certamente responsáveis por essa defasagem.

O que mais importa verificar, no entanto, é que a estrutura da distribuição da renda familiar permanece basicamente a mesma para as cidades referidas, a despeito da grande dispersão verificada nas suas rendas médias.

É o que se depreende, na verdade, dos quadros 1, 2 e 3, seguintes, e dos Gráficos 1, 2 e 3, anexos.

Quadro 1

Renda média familiar e per capita anuais para seis cidades brasileiras, 1961/62, a preços correntes

CIDADES	Renda média familiar (C\$)	Renda média (a) familiar (US\$ 1961/62)	Renda <u>per capita</u> (u) (C\$ 1961/62)	Índice da renda <u>per capita</u> (São Paulo = 100)
São Paulo	680,6	3 781,00	922,00	100
Rio Janeiro	643,6	3 576,00	966,00	104
B.Horizonte	528,8	2 938,00	576,00	62
Salvador	428,1	2 378,00	457,00	50
Fortaleza	375,3	2 085,00	443,00	48
Recife	366,1	2 034,00	407,00	44

Notas:

(a) Taxa de câmbio de "paridade" para 1961/62 = C\$ 0,100/US\$1,00, construída com base na taxa de câmbio de paridade calculada para o Brasil em 1950 (C\$ 0,025/US\$ 1,00, ver U.N. Dept. of Economic and Social Affairs, Analyses and Projections of Economic Development - The Economic Development of Brazil, New York, 1956, p. 71 e ss.), corrigida para variações de preços relativos com os deflatores implícitos dos PIB dos EUA e do Brasil, de acordo com a seguinte relação:

$$T_n = T_0 \frac{\frac{P_{BRn}^P}{P_{BR0}^P}}{\frac{P_{EUn}^P}{P_{EU0}^P}}$$

em que T = taxa de câmbio de paridade;

P_{BR}^P e P_{EU}^P = deflatores implícitos do PIB para o Brasil e os EUA;

$T_0 = 0,025$ (1950 sendo, no caso, o ano - base).

De acordo com o mesmo cálculo, o PIB per capita para o Brasil como um todo no período 1961/2 seria de US\$ 336,00.

Fonte de dados básicos: IGV - IBGE, Pesquisa sobre Oramento Familiar 1961/62.

Quadro 2

Distribuição do rendimento familiar por seis categorias familiares, 1961/2.

Categorias de rendimentos (%)	S. B. B. I. C.		N. I. O. M. I. J. A. R. I. C.		B. M. O. R. I. O. M. I. D. I.		S. E. V. I. D. O. R.		S. E. R. V. I. D. O. R.		T. O. T. A. L.	
	% de famílias com renda familiar entre...	das	% de famílias com renda familiar entre...	das	% de famílias com renda familiar entre...	das	% de famílias com renda familiar entre...	das	% de famílias com renda familiar entre...	das	% de famílias com renda familiar entre...	das
até 99,00	0,9	0,1	3,1	0,3	6,2	0,8	7,0	1,0	10,2	1,9	7,4	1,1
99,00 a 150,00	2,8	0,4	6,9	1,0	11,7	2,1	16,5	3,7	24,5	6,6	20,4	5,3
150,00 a 250,00	16,1	4,2	21,1	5,2	32,4	9,6	40,8	14,5	50,2	19,7	46,2	19,1
250,00 a 350,00	31,6	10,7	34,7	11,2	49,1	18,6	55,3	24,1	66,8	32,0	64,8	32,1
350,00 a 500,00	55,2	24,9	53,5	22,8	55,8	31,1	70,4	38,1	79,9	46,1	79,4	49,1
500,00 a 800,00	76,6	42,8	74,0	41,8	81,3	48,3	85,7	51,7	91,0	63,9	90,1	66,1
800,00 a 1.200,00	97,8	57,4	87,1	60,6	89,5	62,6	93,9	77,2	95,4	75,3	95,1	78,1
1.200,00 a 2.500,00	96,9	77,5	97,9	86,0	98,4	88,2	99,3	95,9	99,3	93,0	99,4	96,1
2.500,00 e mais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
T. O. T. A. L. (colunas de famílias e renda total anual, em %)	571	456 700,70	762	490 428,10	503	265 975,80	538	251 733,90	610	228 924,10	515	108 551,00

Fonte de dados básicos: IBV - IPEA, Pesquisa sobre Rendimentos Familiares, 1961/2.

GRÁFICO 1

GRÁFICO DE EVOLUÇÃO DO LUCRO EM
 QUE MOSTRA AS UNIDADES DE DISTRIBUIÇÃO
 DE RENDIMENTO OBTIDAS POR 15 EMPRESAS
 EM 1958

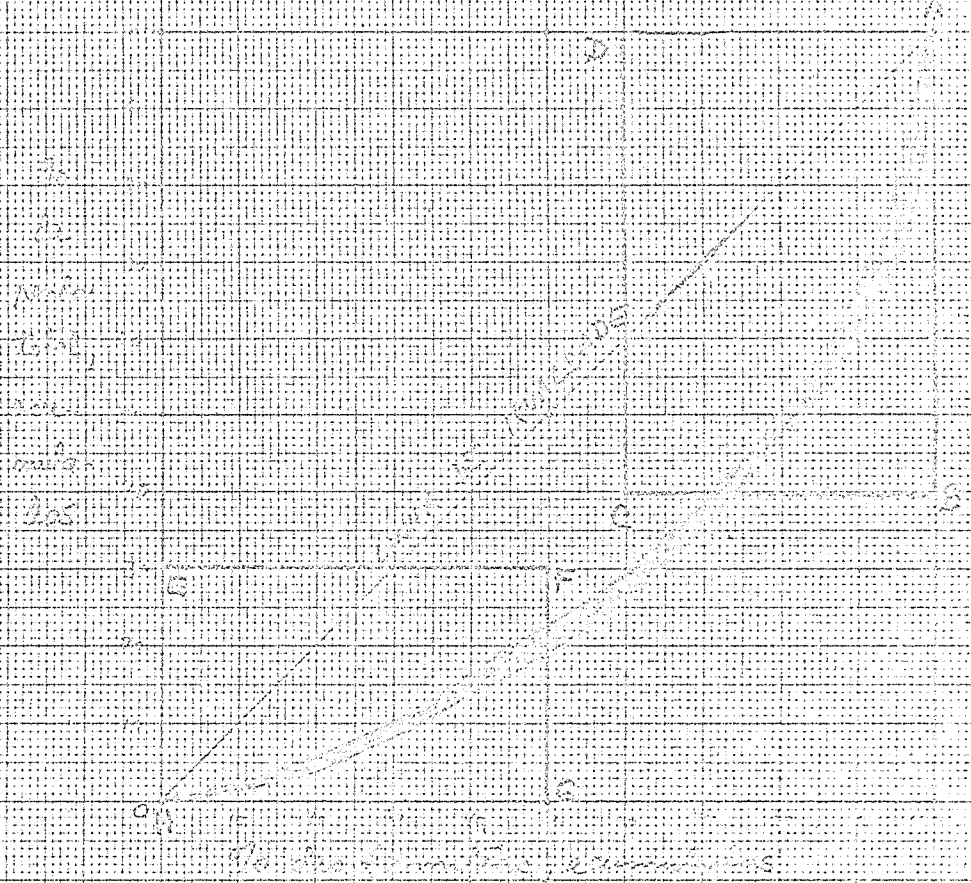


GRÁFICO DE EVOLUÇÃO DO LUCRO

UNIDADES DE DISTRIBUIÇÃO

GRÁFICO 2

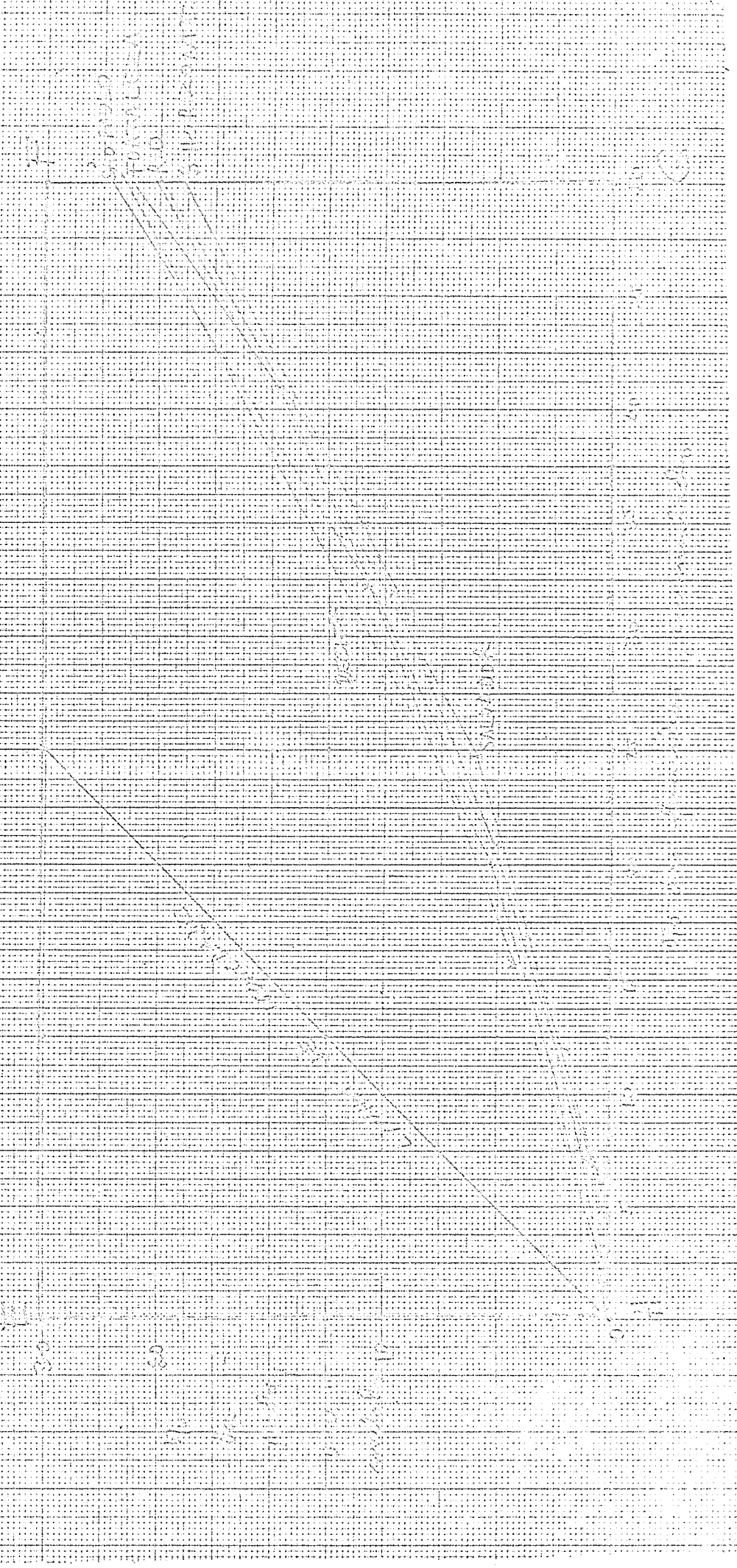
AREA EXPANSA DA CURVA DE LORENZ
PARA DE INTERVALOS MAIS ALTOS E MENOS
NAS REIS OLLAS CONSIDERAVE



70 80 90 100
10 20 30 40 50 60 70 80 90 100
Fonte: *Arquivo do IBGE*

02/11/1993

ALGEM. EXPERIMENTEN VAN DE WERKING VAN
HET DOELMIDDELEN EN DE ERVEN VAN DE WERKING



Quadro 3

Taxas de concentração da renda observadas para as
seis cidades consideradas (Taxas Gini) (a)

C i d a d e s	Índice de Concentração (Taxas Gini)
São Paulo	0,45
Rio de Janeiro	0,45
Belo Horizonte	0,47
Salvador	0,43
Fortaleza	0,47
Recife	0,43

Notas:

(a) As Taxas Gini de concentração de renda correspondem à razão da área do Gráfico de Lorenz compreendida entre a curva de distribuição e a linha de igualdade perfeita, e a metade da área do quadrado em que a mesma se insere. Veja-se, de Conrado Gini, "Il Divergo Accrescimento Delli Classi Sociali e la Concentrazione della Richezza, in. Giorn degli Economisti, 1909, e Mary J. Bowman, "Analysis of Personal Income Distribution in the United States", American Economic Review, 1945.

Fonte: Quadro 2, infra, e Gráfico 1, anexo.

O Quadro 2 apresenta as distribuições percentuais acumuladas da renda total¹ para cada intervalo, que podem ser comparadas com a participação percentual, também acumulada, do número de famílias constantes de cada classe de renda.

O Gráfico 1 representa a área da Curva de Lorenz em que incidem as seis curvas de distribuição de renda observadas, que quase se superpõem, na maior parte de seus percursos. Os Gráficos 2 e 3 apresentam uma versão expandida de dois segmentos das curvas de Lorenz, em que foram ampliadas, mais do que proporcionalmente, as escalas utilizadas para aferição dos percentuais acumulados das famílias, segundo técnica conhecida.²

Pode-se verificar, com efeito, que, mesmo que as taxas de concentração (taxas Gini) medidas para as diversas distribuições sejam muito próximas (Quadro 3) e não revelem nenhuma correlação com os níveis de renda média (Quadro 1), há certas tendências que podem ser salientadas. Pelo Gráfico 2, observa-se maior desigualdade nos intervalos altos de renda justamente para as cidades de maior nível de renda per capita. E o Gráfico 3 sugere, se bem que menos nitidamente, que as cidades de nível de renda mais baixo apresentam maior desigualdade relativa para os intervalos de renda inferiores. Ademais, os dois gráficos referidos ilustram bem o fato de os índices de concentração para Belo Horizonte e para Fortaleza relevarem uma maior desigualdade relativa.

¹ Renda anual total familiar, depois dos descontos obtidos pelo imposto de renda e contribuições trabalhistas, equivalentes, portanto, à renda disponível.

² Veja-se Robert J. Lampman, "Changes in the Share of Wealth Held by Top Wealth-Holders, 1922-1956, in The Review of Economics and Statistics, vol. 41, 1959, p. 379/391.

Poupança e estrutura do consumo

Os Quadros 4 e 5 permitem avaliar a composição do dispêndio total para as seis capitais pesquisadas.

Claramente, os níveis de poupança são mais altos para aquelas cidades que apresentam maiores rendas médias, conforme era de se esperar de pesquisa sobre orçamentos familiares. Por outro lado, para aquelas duas cidades - Belo Horizonte e Fortaleza - em que é mais acentuada a desigualdade na distribuição da renda, observa-se maior capacidade de poupança relativa (quadro 4).

A apresentação da estrutura do consumo por tipo de despesa³ (quadro 5) foi feita com vistas a delinear as relações estruturais internas de consumo, definindo coeficientes de participação de cada componente da despesa, de modo que (quadro 5):

³ O roteiro das despesas correntes de acordo com sua natureza adotado na pesquisa sobre orçamentos familiares que fundamenta este estudo FGV - INFRU, Pesquisa sobre Orçamentos Familiares, 1961/2, cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza e Recife, *cit.*), em alguns aspectos, dificulta a tarefa de análise. Sem entrar em maiores detalhes sobre sua metodologia, que pode facilmente ser consultada na fonte, observe-se o seguinte: (1) alimentação (c_1 , quadro 5) inclui as despesas com alimentação fora de casa; (2) domicílio (c_2) compreende de aluguel, manutenção da residência e material de limpeza; (3) transporte (c_3) engloba viagens e estada fora da cidade de residência; (4) transporte próprio (c_4) compreende, seguros, licenças e manutenção e operação de veículos próprios; (5) recreação (c_5) inclui leitura e aquisição de jornais, revistas e livros. Os óbices de natureza metodológica que se pode levantar a essa agregação são suficientemente evidentes - e, em muitos casos, insuperáveis -, para merecer maiores atenções. Infelizmente, a agregação dos dados para as seis cidades não é representativa, em vista da natureza da amostra produzida, a não ser das seis cidades consideradas. Este estudo já estava praticamente concluído quando nos chegou às mãos a interessante monografia de Hólio Moura *cit. cit.*, Distribuição e Níveis de Renda Familiar no Nordeste Urbano (IBR - INFRU, Fortaleza, 1969, 45 P.), referência indispensável para o estudo da distribuição da renda e suas repercussões para as seis importantes cidades da Região.

quadro 4
Propensões médias para consumir e poupar
observadas para as seis cidades analisadas

C I D A D E S	C/Y	S/Y
São Paulo	83,4	16,6
Rio de Janeiro	83,5	16,5
Belo Horizonte	83,2	11,8
Salvador	91,6	8,4
Fortaleza	87,4	12,6
Recife	88,9	11,1

Fonte de dados básicos: IVG - IBGE, Pesquisa sobre Consumo
Familiar, 1961/2.

quadro 5

Estrutura do consumo, por tipo de despesa, observada para as seis cidades consideradas neste estudo (a)

	Mensal - no total (0)	Alimentação (01)	Reclamação (02)	Art. de residência (03)	Vestido- rio (04)	Trans- porte (05)	Trans - porte próprio (06)	Debitos e fundo (07)	Debitos e fundo mensal (08)	Debitos e fundo (09)	Debitos e fundo (10)	Debitos e fundo (11)
São Paulo	1,000	0,361	0,176	0,082	0,111	0,069	0,024	0,026	0,075	0,028	0,021	0,027
São de Janeiro	1,000	0,373	0,158	0,078	0,118	0,061	0,015	0,030	0,075	0,036	0,024	0,032
Horizonte	1,000	0,346	0,153	0,096	0,140	0,067	0,029	0,023	0,060	0,027	0,024	0,025
Alvarenga	1,000	0,452	0,127	0,095	0,104	0,049	0,015	0,020	0,055	0,028	0,023	0,032
Parati	1,000	0,463	0,116	0,078	0,128	0,050	0,015	0,029	0,060	0,026	0,015	0,020
Beira	1,000	0,511	0,130	0,074	0,094	0,047	0,09	0,022	0,049	0,025	0,014	0,025

Notas: (a) Ver nota (3), referida no texto

Fonte do Gráfico: IBGE - IBGE, Pesquisa sobre Expendimentos Familiares, 1961/2.

$$c = c_1 + c_2 + \dots + c_{11} \quad \sum_{i=1}^{11} c_i = 1. \quad (1)$$

As informações produzidas prestam-se, sem dúvida, a considerações interessantes, a maior parte delas referentes à simples observação do quadro 5. Isto se se tem em mente que as cidades estão ordenadas decrescentemente, no que diz respeito à renda média familiar. Assim, por exemplo, ao passo que as despesas com alimentação (c_1) correspondem a fração crescente do dispêndio corrente ("consumo" total), as despesas com transporte (c_5), transporte próprio (c_6), saúde e o cuidado pessoal (c_8) e recreação (c_{10}) comportam-se decrescentemente; outros componentes apresentam tendências menos definidas ou rígidos em acompanhar a redução do nível da renda média, como o caso do item c_7 (bebidas e fumo). Não em suas constatações que, por corresponderem ao que se considera como "racional" ou previsível pela teoria econômica ou pelo senso comum, atestar o "bom comportamento" dos dados empíricos obtidos, pelo menos de acordo com os padrões da sabedoria convencional ...

Modelo simulado de redistribuição da renda

Com vistas a aquilatar os efeitos que uma redistribuição familiar de renda decorreria sobre a poupança e a estrutura do consumo para as seis cidades observadas, procedeu-se a redistribuições simuladas de renda, utilizando-se, em linhas gerais, técnica já aplicada para os Estados Unidos⁴, convenientemente adaptada e desenvolvida de acordo com os objetivos analíticos visados.

O que se pretende é produzir reduções progressivas nas disparidades observadas na distribuição familiar da renda através de aproximações sucessivas das rendas médias para cada intervalo da renda média calculada para cada amostra como um todo. Isto é feito de acordo com a seguinte fórmula:

$$Y_{nj} = Y_{0j} + n (Y_{0j} - \bar{Y}), \quad (2)$$

em que:

⁴ Ver-se, a respeito, Harold Lubell, "Effects of Income Redistribution on Consumption Expenditures" in American Economic Review, 1947, republicado in Readings in Income Economics, G. Lueller, Holt, Rinehart and Winston, Inc., N.Y., 1966.

Y_{nj} = renda média do intervalo de renda considerado, após uma redistribuição de 100 n% ($1 \geq n \geq 0$),
 $j = 1, 2 \dots, m$;

Y_{oj} = renda média do intervalo de renda considerado antes da redistribuição, $j = 1, 2, \dots, m$

\bar{Y} = renda média obtida para cada amostra como um todo.

Deus-se portanto que, realizada a simulação de redistribuição, a renda global da amostra permanecerá constante, ou seja, que:

$$\sum_{j=0}^{100} Y_{nj} = \sum_{j=0}^{100} Y_{oj} ; j = 1, 2, 3, \dots, m \quad (3).$$

Isto porque:

$$\sum_{j=0}^{100} (Y_{oj} - \bar{Y}) = 0 ; j = 1, 2, 3, \dots, m \quad (4),$$

para qualquer valor de n , que por sua vez indica a amplitude da redistribuição pretendida.⁵

Obtida a redistribuição simulada (por exemplo, de 10%, caso em que $n = 0,1$), aplicam-se às novas rendas médias as propensões para consumir e poupar anteriormente prevalecentes para a classe de renda em que agora vem a situar-se a unidade familiar, assim promovida ou rebaixada da escala de distribuição original. Isto para que sejam obtidas, hipoteticamente, as novas despesas de consumo e a poupança. Pode-se igualmente, aplicando-se os coeficientes determinantes da estrutura de consumo para cada intervalo de renda (equação (1)), verificar as modificações que ocorreriam na composição do consumo com a redistribuição proposta.

A escolha das propensões para consumir e poupar e dos coeficientes da composição do consumo correspondentes ao novo intervalo de renda em que se situa a família após a redistribuição simulada é, com efeito, o hipótese básica desta operação. Frequente adaptação instantânea do comportamento do consumidor a uma nova situação de renda, quer seja a produtividade (como em alguns níveis de renda situados abaixo da

⁵ Caso $n = 1$, teríamos a igualdade perfeita, admitindo-se, para efeito de simplificação, que todas as famílias da mesma classe tenham a mesma renda.

da renda média da amostra), quer seja taxado (caso contrário) pela redistribuição. Não leva em conta, portanto, as hipóteses mais modernas sobre a função-consumo - a de Duesenberry⁶, por exemplo, ou a de Friedman⁷ - cuja consideração envolveria dificuldades técnicas que não foram cogitadas neste exercício e que, de resto, pouco interessariam aos objetivos mais gerais da análise.

Resultados da aplicação do modelo: efeitos sobre o consumo e a poupança

A aplicação do modelo para as seis capitais brasileiras⁸ com os dados disponíveis resultou em resultados realmente interessantes.

Procurou-se medir os efeitos de redistribuição de 10%, 25% e 50% (valores para α de 0,1, 0,25 e 0,5, respectivamente: equação (2), (3) e (4)) sobre a poupança e a estrutura do consumo, admitindo-se que a primeira e, no máximo, a segunda redistribuições seriam factíveis com instrumentos adequados de política fiscal e que a redistribuição de 50% poderia ser dada com interferência mais direta nas variáveis que presidem, mais de perto, à repartição do produto social.

Com efeito, para que se tenha uma idéia do impacto das três redistribuições, basta observar que o índice de concentração da renda que, para os dados observados, esteve entre 0,47 e 0,43 (quadro 3), situar-se-ia entre 0,42 e 0,38, 0,34 e 0,31 e 0,23 e 0,21, respectivamente para redistribuições de 10, 25 e 50%. Se as distribuições observadas são extremamente desiguais, convenhamos que as últimas fariam inveja àquelas comunidades mais igualitárias...

⁶ James S. Duesenberry, Income, Saving and the Theory of Consumer Behavior, Harvard Univ. Press, M.I., 1949.

⁷ Milton Friedman, A Theory of the Consumption Function, Princeton Univ. Press, N.J., 1957.

⁸ As hipóteses básicas deste estudo foram discutidas em seminário de curso de macroeconomia ministrado pelo autor em meados de 1969 no Programa de Pós-graduação em Economia da Univ. Federal de Pernambuco. Os trabalhos de computação para a aplicação do modelo foram, então, proficientemente realizados pela economista Patrícia A. Damasceno, com a colaboração de outros alunos do Programa e a orientação do autor. Alguns dos seus resultados preliminares foram apresentados no Seminário para Universitários, patrocinado pela Base Brasileira de Petróleo, e realizado no Recife em outubro de 1969.

Quadro 6

Efeitos de redistribuições simuladas da renda sobre o consumo e a poupança para as seis cidades analisadas (a)

C I D A D E S	Variação percentual no consumo e na poupança agregados decorrentes de redistribuição de:					
	10% da renda		25% da renda		50% da renda	
	Consumo	Poupança	Consumo	Poupança	Consumo	Poupança
São Paulo	1,3	- 7,4	2,8	- 15,0	6,5	- 33,5
Rio de Janeiro	1,2	- 6,5	2,9	- 14,7	10,9	- 55,3
Belo Horizonte	0,8	- 6,3	2,1	- 15,6	7,7	- 58,1 ¹⁰
Salvador	0,9	-10,4	3,7	- 40,5	5,5	- 60,3 ¹⁰
Pontalena	1,1	- 7,4	2,6	- 17,9	9,0	- 62,4
Recife	0,8	- 6,5	2,9	- 22,9	4,1	- 33,1

Notas: (*) Ver texto, para metodologia

Fonte do dados básicos: IBV - IBGE, Pesquisa sobre Orçamentos Familiares, 1961/2.

DOCUMENTO
PARA USO DO

Os resultados mais pertinentes, para os propósitos deste trabalho, do exercício de simulação realizado constam dos Quadros 6 e 7, infra

O Quadro 6 apresenta os efeitos das redistribuições indicadas sobre a poupança e o consumo agregados. Na verdade, ali se observa que a variação percentual do consumo ($100 \frac{\Delta C}{C}$) para uma redistribuição de 10% situa-se entre 1,3 e 0,8% apenas! E que, mesmo na hipótese de redistribuição de 25%, em si bastante ampla, os valores para $\frac{\Delta C}{C}$ estão tão somente entre 0,037 e 0,021.

Em outros termos, isto significa que as funções-consumo obtidas para as amostras analisadas seriam quase que lineares, do tipo keynesiano, o pressuposto da linearidade evidentemente que anulando qualquer efeito de uma redistribuição de renda sobre o consumo agregado.

Não obstante, essas funções-consumo seriam menos lineares justamente para as duas cidades de maiores níveis de rendas, devido ao efeito, sobre a propensão para poupar, das classes de rendimento mais altas.

Claro está, por outro lado, que os impactos (negativos) sobre as poupanças teriam de ser relativamente maiores, dada a menor expressão das mesmas, comparadas com os agregados de consumo.⁹ Estes oscilam entre - 40,5 e - 14,7% para redistribuições de 25% e entre -62,4 e - 33,1% para redistribuições de 50% (Quadro 6):

Observe-se finalmente que, se o consumo global expande-se apenas timidamente como resposta às redistribuições simuladas, a estrutura do consumo está destinada a sofrer modificações certamente muito mais importantes. É o que se pode inferir, para alguns de seus componentes, do Quadro 7.

⁹ Se $|\frac{\Delta S}{S}| = |\frac{\Delta C}{C}|$, e se $C > S$, infere-se, logicamente, que $|\frac{\Delta S}{S}| > |\frac{\Delta C}{C}|$.

quadro 7

Efeitos de redistribuições simuladas de renda sobre a composição das despesas de consumo, por itens selecionados (Variações percentuais) (a)

C I D A D E S	Alimentação (C1)			Vestuário (C4)			Transporte próprio (C6)			Educação (C9)			Recreação (C10)		
	Redistribuição de:			Redistribuição de:			Redistribuição de:			Redistribuição de:			Redistribuição de:		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%	10%	25%	50%	10%	25%	50%	10%	25%	50%
São Paulo	3,5	6,3	13,0	0,0	2,5	5,2	3,9	9,9	-39,7	3,9	3,2	-11,4	1,0	0,8	-2,5
Lo de Janeiro	2,8	4,5	17,4	0,3	1,2	7,7	5,1	-11,5	-38,7	2,6	3,4	-20,9	0,5	1,9	0,6
São Horizonte	2,7	5,8	14,7	0,3	1,5	6,4	5,1	-12,3	-37,8	2,0	0,0	-12,8	1,2	0,9	-2,2
Alvador	2,9	7,1	12,5	3,0	1,1	2,0	-19,5	-39,4	-74,6	0,9	1,4	4,4	7,1	6,0	5,7
Porto Alegre	2,4	5,6	15,9	0,6	0,6	5,5	8,0	-17,9	-59,3	2,7	5,9	2,6	3,1	3,7	6,4
Recife	2,4	5,1	13,7	0,5	1,8	7,1	3,9	9,2	-68,2	-14,7	-18,0	-25,0	6,7	2,1	0,1

Notas: (a) Ver texto, para metodologia

Fonte de dados básicos: FGV - IBRL, Pesquisa sobre Gastos Familiares

1961/2, e quadro 5, supra.

Com efeito, se, por um lado, as despesas com alimentação se têm incrementos percentuais sempre maiores que as verificadas para o consumo total, os gastos com educação, recreação¹⁰ e, sobretudo, transporte próprio reagem com reduções percentuais bem definidas, que, no caso de item c₉, assumem dimensões alarmantes. O item c₄ (despesas com vestuário), por sua vez, revela incrementos positivos para aquelas cidades de rendas mais altas e negativos para as de rendas médias menores.

Verifica-se, portanto, que essas "funções parciais de consumo" ($c_i = c_i(Y_j)$, $i = 1, 2, \dots, n$, e $j = 1, 2, \dots, m$; $Y_j =$ rendas médias por intervalos) longe estariam de assumirem as formas quase-lineares verificadas para a função agregada do consumo ($\sum_{i=0}^n c_i = C(Y_j)$, $i = 1, 2, \dots, n$, e $j = 1, 2, \dots, m$), indicando que as funções parciais, nada lineares, acham-se em funções globais de consumo quase-lineares, quando agregadas.

É o que ilustra, na verdade, o Gráfico 4, infra, em que a função global de consumo hipotético da sua parte superior seria o somatório de n funções parciais do tipo c_i (parte inferior do Gráfico).

1ª guisa de conclusão

Seria imprudência adiantar conclusões definitivas com base em evidência empírica bastante limitada, em alguns aspectos discutível, e sobre questões abertas de teoria econômica que têm ocupado, tão frequentemente, nos últimos tempos, o engenho econométrico e a mente da controvérsia de tantos economistas.

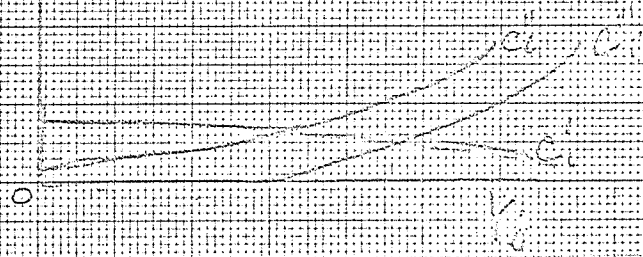
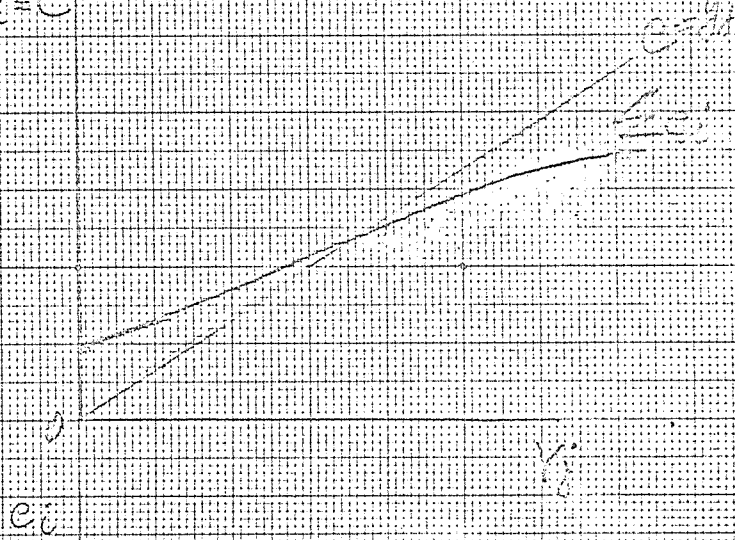
A constatada incorrelação entre distribuição do produto social e crescimento da renda per capita para as seis cidades brasileiras, senão invalidada, poderia ser explicada, pelo menos parcialmente, por outros fatores além da natureza peculiar de seu módulo de desenvolvimento. Poderia ser, por exemplo, grandemente uma decorrência de um grau de crescimento das populações urbanas, maior que o do País como um todo, e motivado por migrações de famílias de baixas rendas, ~~//////////~~

¹⁰ Para o caso do Rio de Janeiro, as despesas com recreação reagem positivamente às redistribuições. O que indica que a propalada natureza lúdica e mais voltada para o lazer do carioca também se reflete na fiação das estatísticas...

Gráfico 4

DERIVAÇÃO DA CURVA DE PRECISÃO
 DE CONSUMO A PARTIR DE FUNÇÕES
 PRECISAS DE CONSUMO ILUSTRADO
 GRÁFICA ILUSTRATIVA

$$\sum e_i = C$$



atraídas pelo dinamismo da cidade, e em busca de oportunidades de emprego que não encontram no campo: as cidades incluídas, a que Gilberto Freyre se referiu, com muita propriedade. Explicação que, de resto, não invalida a anterior: apenas acrescenta à dinâmica das economias urbanas nos países em desenvolvimento, constatação que lhes é conhecidamente peculiar.

De outra parte, os efeitos de distribuições simuladas de renda sobre o consumo e a poupança globais poderiam ser questionados, quer nos aspectos mais operacionais da metodologia adotada, quer a partir das hipóteses, implícitas e explícitas, em que se fundamentaria o mecanismo de decisões que o sujeito econômico adota para o uso que faz de suas rendas. E o mesmo se poderia dizer dos reflexos das redistribuições progressivas calculadas sobre os componentes do dispêndio familiar.

De qualquer modo - e para retomar, nesta conclusão, a linha das considerações introdutórias deste estudo - valeria arriscar algumas observações finais sobre as relações entre desenvolvimento industrial e repartição de renda, à luz da experiência de redistribuição simulada que aqui se tentou para as seis urbes brasileiras mencionadas.

A redistribuição de renda - estática, no sentido de que não altera o montante da renda global - teria repercussões apenas marginais sobre a elevação do consumo global. Afetaria, no entanto, decididamente, a demanda global por bens de investimento, à medida que atinge mais, em termos relativos, a poupança espontânea (privada).

No que diz respeito à estrutura do consumo, a redistribuição tenderia a elevar substancialmente a demanda por bens mais essenciais - sobretudo alimentos, e, no caso de níveis de renda mais altos, artigos de vestuário - e a reduzir importantemente a demanda por bens duráveis de consumo (atingindo, por exemplo, muito marcadamente, a demanda por automóveis). Com relação aos serviços urbanos (educação, recreação), o efeito também seria negativo, mais sério, no caso da educação, pelas implicações de longo prazo que traria sobre a formação de capital humano, na ausência de ação compensadora da parte do setor público.

É fácil perceber as implicações das mudanças antevistas sobre o comportamento da economia. A elevação da demanda por alimentos, pressionando oferta que fôsse incapaz de reagir positivamente no seu encontro, provocaria pressões inflacionárias, se bem que, em contrapar-

tião, pudesse contribuir para repartição setorial do produto, em benefício da agricultura (na ausência, é claro, de intermediações especulativas). A queda na demanda por manufaturas duráveis poderia vir a acarretar inadequações entre a capacidade da oferta instalada e o novo perfil da demanda, agravando, a curto prazo, a tendência para excessos de capacidade sub-setoriais na indústria voltada para o mercado interno.

É claro que medidas de política econômica estariam aptas a corrigir essas distorções. Orientação dos investimentos públicos (por exemplo, para educação e a formação de capital), crédito ao consumidor visando a elevar seu poder aquisitivo atual para bens duráveis, medidas de estímulo às exportações etc., poderiam ser adotadas com vistas a minimizar os efeitos distorsivos que fossem provocados, a curto e médio prazos.

Na verdade - e isto vale como reflexão final - redistribuições setoriais de renda de maior significação estariam excluídas da faixa das possibilidades imediatas, sobretudo para aquelas economias mais diversificadas. A redistribuição de renda se põe mais objetivamente como política situada em contexto dinâmico, devendo instrumentalizar-se com medidas de orientação de investimentos para aqueles setores que mais contribuiriam para sua progressiva consecução. Como objetivo mais compatível com crescimento do produto social per capita que, por sua natureza, seja corretivo dos padrões de distribuição prevalentes. Isto é tarefa de mais longo prazo: deve constituir um anglo esforço para que a sociedade, produzindo desenvolvimento, saiba, no mesmo tempo, repartir mais igualmente os frutos colhidos.